

News Paper

Informativo
Setorial ANDIPA



Nesta edição

Em artigo livre, a importância do associativismo

Página 4

Coluna Two Sides fala do mito de que papel desmata

Página 13

Distribuidores discutem pautas da Associação

Página 12

Importação de papéis foi menor no 1º bimestre de 2020

Página 14

Dados do mercado de papel em 2019 mostram menos I&E e mais embalagens e sanitários

Página 15

Do otimismo às restrições provocadas pelo coronavírus

Esta edição é publicada enquanto a pandemia se alastra pelo Brasil, fazendo vítimas.

Página 2

Indústria gráfica terá nova frente parlamentar no congresso, reforma tributária é ponto de atenção

Página 7

Crédito ganha segurança com informações de bom pagador

Em implantação, o Cadastro Positivo já reúne dados de 60 milhões de consumidores, pessoas físicas e jurídicas. Até o fim deste ano, número deve dobrar.

Páginas 9, 10 e 11

EXPEDIENTE

NewsPaper Informativo Setorial ANDIPA é uma publicação da ANDIPA - Associação Nacional dos Distribuidores de Papel. Direitos autorais reservados. A reprodução é permitida desde que citada a fonte.

Contatos

(11) 3044-2214 - www.andipa.org.br
comunicacao@andipa.org.br
andipa@andipa.org.br

Presidente

Vitor Paulo de Andrade

Diretoria

Antonio Manoel de Mattos Vieira Neto
José Luiz Barbosa Leonardos
Marcelo Patury Accioly

Presidente Executivo

Vicente Amato Sobrinho

Staff

Edna Souza

Conteúdo Editorial e Diagramação
Keser Serviços de Comunicação

Jornalista Responsável

Rosângela Valente (Mtb 121/MS)

Avanço do coronavírus impõe restrições

Como medida de prevenção para conter a propagação do coronavírus no Brasil, empresas e entidades da cadeia do papel estão anunciando alterações em suas rotinas e atividades. A partir do dia 17 de março, a Andipa e o Sinapel adotaram o trabalho à distância (home office) para manter os serviços e o atendimento aos associados. O mesmo foi anunciado por diversos prestadores de serviços, como a LBZ Advocacia, que estabeleceu trabalho remoto parcial, mantendo o fluxo regular dos trabalhos e os contatos através dos meios de comunicação já usuais (e-mail, whatsapp e celular).

Todos os eventos estão sendo adiados, com a previsão de reagendamento para datas futuras, quando a situação da pandemia esteja mais controlada. Foi o que fizeram os organizadores da FESPA Digital Printing 2020, marcada de 18 a 21 de março no Pavilhão Azul do Expo Center Norte, em São Paulo. A APS Eventos Corporativos e a FESPA comunicaram que o evento foi adiado por conta do avanço do Coronavírus - Covid-19. A nova data já foi definida, a feira acontecerá entre os dias 23 e 26 de setembro de 2020.

Eventos literários também estão sendo suspensos. Nos últimos dias, a Feira de Livros da Unesp, que estava marcada para acontecer entre os dias 1º e 5 de abril, foi cancelada

e o Flipoços, que devia começar no próximo dia 25, também foi adiado para agosto. Livrarias suspenderam atividades.

Com uma morte confirmada na cidade de São Paulo, é crescente o número de casos de Covid-19, a doença respiratória causada pelo coronavírus, em todos os estados do Brasil. Na quarta-feira passada (dia 11), a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu a propagação do novo coronavírus como uma pandemia, ou seja, a doença ultrapassou fronteiras e atingiu todos os continentes.

Diversos estados e cidades estão anunciando suspensão de aulas e fechamento de museus, bibliotecas, teatros, centros culturais públicos e privados, e outros espaços de cultura e de lazer e repartições públicas, por tempo indeterminado. A rede privada de ensino também está suspendendo as atividades, assim como diversas instituições. Outras empresas, inclusive da área de saúde, estão restringindo o atendimento para urgência e emergência, a fim de evitar deslocamentos e aglomerações de pessoas.

O momento pede cautela e todas as empresas precisam se posicionar para preservar seus colaboradores e clientes, além de contribuir para conter a disseminação do vírus e da doença.

Segurança e Otimismo

Duas palavras retratam bem os anseios do setor de produtivo: segurança e otimismo, ingredientes fundamentais para movimentar a economia e fazer as empresas e o País crescerem. O contrário também é verdadeiro. Insegurança e pessimismo afugentam investimentos e minam as forças produtivas.

Otimismo e segurança permeiam assuntos desta edição, como o Cadastro Positivo, uma nova ferramenta de crédito que está em implantação no Brasil. Deixando de focar na relação de negativados para valorizar os bons pagadores, o Cadastro Positivo deve municiar as empresas com informações sobre o comportamento dos consumidores (pessoas físicas e jurídicas), dentro de um ambiente seguro. Em última instância, espera-se maior oferta de crédito e aquecimento da economia. Uma combinação desejável por todos os segmentos.

Focando nos temas específicos do setor de papel, previsibilidade e segurança jurídica são os objetivos quando, há tempo, insistimos no necessário aperfeiçoamento do Sistema Recopi.

A expectativa de que 2020 será um ano melhor para a indústria gráfica, que segue investindo em tecnologias e inovações, é genuinamente otimista, na melhor definição da palavra. Otimista é 'quem não desiste diante de grandes problemas ou adversidades', de acordo com o Dicio, Dicionário Online de Português.

Um otimismo inquieto nos move em busca de soluções, de crescimento e de melhores resultados. Acontece que individualmente encontramos mais limitações e obstáculos, que podem ser vencidos com êxito se agirmos coletivamente. Eis o cerne do associativismo, a arte de compartilhar objetivos e fazer convergir esforços para torná-los realidade.

É fato que temos total ingerência sobre alguns assuntos de grande impacto nos negócios, como a disseminação de um novo vírus e o estrago que fará na economia mundial. Se o imponderável nos foge ao controle, temos de agir com rigorosa atenção sobre aquilo que diz respeito ao mercado em que atuamos. É o caso, por exemplo, das discussões da reforma tributária e de alterações nas normas e legislações, que temos conduzido junto com outras entidades setoriais.

E assim vamos consolidando nossos lugares e posições – os distribuidores reunidos na Andipa e as entidades associativas trabalhando isoladamente ou em conjunto na medida dos interesses comuns ao setor. Seguimos otimistas na constante busca por segurança nas operações no setor de papel.



Arquivo

*Vitor Paulo de Andrade
Presidente do Conselho Diretor*

A importância do associativismo

Por Jaime Vasconcellos

Convicta de que a associação fortalece o desempenho de um conjunto de elementos, a FecomercioSP, entidade representativa empresarial que congrega os interesses dos setores de comércio, serviços e turismo, defende pleitos comuns com mais força do que teriam as empresas individualmente.

O trabalho de representação desempenhado pela Entidade começa no aspecto normativo. Atuamos diretamente em auxílio à negociação, redação e adoção da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e Acordo Coletivo (AC) de cada categoria. O objetivo é que esses documentos contenham dispositivos que possibilitem o equilíbrio entre as necessidades dos empregadores e empregados.

Entretanto, a atuação da FecomercioSP vai além disso. Por meio de nossos conselhos, eventos, mídias e assessoria técnica, reunimos os anseios e as reivindicações da classe empresarial. E, com base nisso, organizamos as demandas derivadas das discussões dos vários grupos de trabalho que temos para encaminhá-las ao Poder Público de maneira organizada e com a consistência necessária para potencializar as chances de sucesso desses pleitos.

O associativismo é particularmente útil às pequenas e médias empresas, cuja capacidade de negociação tende a ser limitada, seja pela fragilidade do próprio porte, seja pela dificuldade em manter investimentos em consultorias especializadas. A Federação é o local no qual os empresários de

todos os portes, incluindo os microempreendedores, encontram respostas às dúvidas e assessoria constante, com equipes dedicadas a formular soluções em questões das mais diversas áreas, oferecendo serviços de pesquisas e pareceres econômicos, índices, boletins informativos e publicações elaboradas com o suporte de nosso corpo técnico, sempre sob medida para atender às diferentes necessidades de cada empresa.

A FecomercioSP defende e atua por um ambiente de negócios mais simplificado e com menos burocracia. Paralelo a isso, entre os objetivos da Entidade está o de estabelecer a harmonia na relação entre empregado e empregador, além de compreender os modelos de negócios que estão surgindo no Brasil e no mundo, com a economia disruptiva que se impõe muito em função da revolução tecnológica.

Ao tomar para si a denominação de “casa do empresário”, a Federação assume o compromisso de representar todos os membros de forma ágil e eficaz. Com 80 anos de história, a FecomercioSP se propõe a seguir melhorando o seu escopo de atuação com ação perene, visando, como já o faz, ao incremento do setor produtivo do País.

Jaime Vasconcellos é assessor econômico da FecomercioSP



NOTA

Os distribuidores de papel podem usufruir dos benefícios e da estrutura da FecomercioSP, na condição de associados ao Sinapel - Sindicato do Comércio Atacadista de Papel, Papelão, Artigos de Escritório e de Papelaria do Estado de São Paulo. O Sinapel é um dos 136 sindicatos patronais filiados à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

Texto original publicado no Boletim No Balcão #23 – fevereiro 2020

Produção gráfica fecha 2019 no negativo, previsão para 2020 é de crescimento

A produção da indústria gráfica ficou aquém da previsão de crescimento de 3% e fechou 2019 em -0,7%, somando R\$ 48 bilhões, em valores nominais. O resultado do quarto trimestre foi relativamente bom, com incremento de 1,7% depois de um terceiro trimestre negativo, e indica uma tendência otimista para 2020, como avaliou o presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf Nacional), Levi Ceregato, em entrevista ao NewsPaper. No cenário atual, o executivo estima que a projeção de crescimento do setor para 2020 deve ficar entre 1,7% e 1,8%.

Segundo o presidente da Abigraf, o mercado vem sofrendo muitas oscilações, mas um ponto positivo é que está se consolidando quanto à estratificação da produção da indústria gráfica. O segmento de embalagem respondeu por 49% do faturamento da indústria gráfica brasileira em 2019, enquanto a fatia do editorial foi de 21%. Já o ramo de impressos promocionais respondeu por 8% da produção gráfica e tem oscilado negativamente. “Acredito que em 2020 o segmento de embalagem deve crescer um pouco mais e atingir 50%”, afirmou.

Das 19 mil gráficas em atuação no País, 97% são empresas de micro e pequeno porte que têm no promocional seu maior volume de vendas. “Estas gráficas são clientes diretos e cativos do distribuidor de papel”, disse Levi Ceregato. “Eu vejo que o distribuidor é de suma importância para o mercado. É ele quem chega até a ponta, leva a variedade à gráfica que não compra 50 toneladas de um tipo só de papel, mas pode comprar 50 toneladas de vários tipos de papel. E, além da matéria-prima, o distribuidor leva crédito direto às pequenas gráficas”, completou.

O segmento de promocional pode reagir este ano, em função da eleição de outubro para prefeitos e vereadores nos 5.570 municípios brasileiros. Ceregato explicou que, sobretudo nos pequenos municípios, a comunicação via impressos predomina.

Panfletos proibidos

A indústria gráfica da cidade de São Paulo não deve se beneficiar do efeito positivo das eleições de 2020, em função da vigência do Decreto Municipal nº 59.172/2020, que estabeleceu multas elevadas para a distribuição de panfletos, regulamentando o artigo 26 da Lei Municipal nº 14.517/2007, que proíbe a distribuição de folhetos nas vias públicas.

Desde 2007, a indústria gráfica paulistana teve redução na demanda por seus produtos destinados ao

segmento promocional e comercial. De acordo com a Abigraf Regional São Paulo e o Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de São Paulo (Sindigraf), em 2006 haviam 2.742 indústrias gráficas instaladas no município de São Paulo, gerando 37.171 empregos. Em 2018, eram 1.802 empresas, empregando 22.680 pessoas. Ou seja, passados 12 anos, 940 empresas encerram suas atividades e 14.491 postos de trabalho foram fechados.

Contra a medida e em defesa da indústria gráfica, a Abigraf recorreu à Prefeitura pedindo a revogação da proibição e também acionou o poder judiciário, através de uma Ação Declaratória de Inconstitucionalidade da Lei, apresentada ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. “A lei tem no seu bojo um grau elevado de inconstitucionalidade”, informou o presidente, completando que ainda não tiveram resposta da ação.

Expectativa positiva

Este ano já está marcado pela intercorrência do coronavírus que vai impactar bastante o mercado, mas também vai abrir oportunidade para novas alternativas, na avaliação de Ceregato. “O mundo acordou agora para o quanto estava dependente da China”, afirmou o presidente da Abigraf Nacional, que “vê 2020 com muito otimismo”.

Além disso, Ceregato disse que se mantém confiante e dá como justificativa o próprio longo período de dificuldades que o Brasil enfrenta. “Quando a coisa está ruim é o momento de fazer alguma coisa”, avaliou, destacando que os momentos mais desafiadores devem ser oportunidade de transformação. “Saímos da mesmice e do conformismo, estamos assustados, mas toda a ruptura é assim mesmo”. O presidente da Abigraf lembra que o Brasil é muito heterogêneo e bastante jovem ainda, assim como a indústria gráfica brasileira, que tem apenas 212 anos de história. “É importante que todos nós sejamos vetores positivos de mudança. O mundo é dos otimistas e não dos pessimistas”, concluiu.

O perfil inovador da indústria gráfica brasileira é um destaque, como avaliou Levi Ceregato comentando a realização da FESPA, em São Paulo. Segundo ele, a feira é muito importante para o setor e vai mostrar a indústria 4.0, uma revolução que está acontecendo, baseada na substituição de processos e de procedimentos. “A indústria gráfica tem mais do que fôlego para investir, tem coragem, tem entusiasmo”, afirmou.

Andipa apoia pleito contra proibição de panfletos

O segmento de distribuição de papel reforçou o pedido da indústria gráfica para que a Prefeitura de São Paulo revogue o decreto que estabelece punição para quem entregar impressos nas vias públicas. Em ofício encaminhado ao prefeito da cidade, a Andipa reforça o impacto na geração de empregos diretos e indiretos na capital, com prejuízo à atividade gráfica.

O Decreto Municipal nº 59.172/2020 regulamenta o artigo 26 da Lei Municipal nº 14.517/2007, que proíbe, nas vias e logradouros públicos da cidade de São Paulo (SP), a distribuição de folhetos, panfletos ou qualquer tipo de material impresso veiculando mensagens publicitárias, entregues manualmente, lançados de veículos, aeronaves ou edifica-

ções ou oferecidos em mostruários. A posição dos atacadistas de papel foi manifestada em documento assinado pela Andipa e pelo Sinapel encaminhado ao prefeito Bruno Covas.

Para coibir o descarte do material impresso nas vias públicas, as entidades do mercado de papel sugerem ações de caráter educativo a serem estabelecidas em nova legislação. Com a possibilidade de reserva de espaço para divulgação de campanhas da Prefeitura, também ficaria autorizada a distribuição de folheto, panfleto ou qualquer tipo de material impresso veiculando mensagens publicitárias, desde que contenha a inscrição: “Não jogue este impresso na via pública. Descarte-o adequadamente para reciclagem”.

Adiada por causa do coronavírus, feira da impressão digital será em setembro

O primeiro evento do mercado gráfico do ano pretende reunir cerca de 100 expositores e milhares de visitantes, durante quatro dias no Pavilhão Azul do Expo Center Norte, em São Paulo. A FESPA Digital Printing aconteceria de 18 a 21 de março. No dia 13 de março os organizadores, APS Eventos Corporativos e a FESPA, informaram que o evento foi adiado por conta do avanço do coronavírus e da Covid-19. Em comunicado divulgado na quarta-feira (18.03) foi anunciada a nova data da FESPA, que acontecerá entre os dias 23 e 26 de setembro de 2020, no mesmo local.

A programação da FESPA 2020 previa a apresen-

tação das mais recentes novidades em impressão digital para mercados como comunicação visual, têxtil, decoração, envelopamento, 3D, sublimação, impressão de baixas tiragens, dados variáveis, entre outros mercados. Conforme o comunicado de nova data, toda a programação está mantida, assim como os congressos técnicos.

No Brasil desde 2013, a FESPA preparou para 2020 uma programação ampla, com congressos sobre dados de mercado, conceitos de gestão e vendas, tecnologias, a evolução da estamperia digital, automação, dicas sobre fluxo de trabalho, sustentabilidade e entre outros.

Indústria gráfica terá nova frente parlamentar

O deputado federal Arnaldo Jardim será o presidente da Frente Parlamentar da Indústria Gráfica no Congresso Nacional, que pretende reunir mais de 200 parlamentares da Câmara e do Senado. A chapa está sendo formalizada e a Frente deve ser lançada nos próximos 30 dias, como informou o presidente da Abigraf Nacional, Levi Ceregato.

Ter um grupo de políticos do Poder Legislativo alinhado com os pleitos da indústria gráfica é fundamental, especialmente agora diante das discussões da reforma tributária e também das que envolvem o papel imune. Ceregato cita a proposta em tramitação no Senado que pretendia excluir a imunidade do papel para impressão de livros, jornais e periódicos. “Estivemos com o relator, o senador Roberto Rocha, mostrando que essa medida vai contra tudo que já foi feito e implica de imediato em um aumento brutal de capital de giro para as empresas”. O presidente da Abigraf lembrou ainda que seja qual for o produto, ao perder a imunidade, automaticamente tem aumento do preço.

Outras peculiaridades do setor gráfico precisam ser esclarecidas aos legisladores, como a questão do PIS e da Cofins, contribuições que incidem sobre o papel imune. “Pis/Cofins sobre papel imune é uma anomalia e não deveria existir”, disse o presidente, apontando um ponto em que o setor vai insistir.

Sobre a reforma tributária, Ceregato avalia que “uma coisa é certa, ninguém está preocupado em aliviar a carga para o cidadão brasileiro e para as empresas. Não vai diminuir imposto”. Segundo ele,

é necessário que se ouça os atores envolvidos, como no caso do papel imune, e o ideal é que se faça uma reforma mais equilibrada para evitar perdas.

Na legislatura anterior foi criada a primeira Frente do setor, reunindo 230 parlamentares, presidida pelo deputado Baleia Rossi, que agora é um dos integrantes da comissão mista para discutir a reforma tributária no Congresso Nacional. Segundo Ceregato, o deputado Arnaldo Jardim também é um dos 50 parlamentares que compõem essa comissão especial.

Apesar de ter a percepção de que a reforma tributária deve sair se for fatiada e não tratar de uma única vez os interesses da união, dos estados e dos municípios, ele observa que pode haver um acordo político que surpreenda e acelere a votação de uma proposta. “Por isso estamos correndo com a frente parlamentar, para poder fazer um contraponto. Pois sozinho é muito difícil, tem que ter o respaldo político, e não adianta de uns poucos. Assim, em matéria de interesse da indústria gráfica, a votação é de forma alinhada”.

Outra ação da Abigraf no eixo político é o Projeto de Lei Complementar apresentado ao Congresso para que os livros do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) sejam impressos no Brasil, assim como os livros que contam com recursos do imposto de renda, através da Lei de Incentivo à Cultura (antiga Lei Rouanet), que são impressos em outros países.

Grupo de trabalho setorial vai discutir reforma tributária

As entidades representativas do mercado papelheiro, gráfico e editorial formaram um grupo de trabalho sobre papel imune e reforma tributária. Sem novidades por parte do governo e diante do ritmo mais lento dos encaminhamentos no Congresso Nacional, típico dos primeiros meses do ano, o grupo adiou a reunião deste mês para data a ser confirmada.

As primeiras discussões sobre o impacto das propostas de reforma tributária foram em novembro, em reuniões entre representantes da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf), Associação Brasileira de Empresas com Rotativa Offset (Abro), Câmara Brasileira do Livro (CBL), Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel), Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner), Associação Nacional dos Jornais (ANJ), além da Associação Nacional dos Distribuidores de Papel (Andipa) e do Sindicato do Comércio Atacadista de Papel, Papelão, Artigos de Escritório e de Papelaria do Estado de São Paulo (Sinapel).

Pelas propostas divulgadas até o momento, um dos pontos de impacto da reforma para o setor papelheiro é uma possível alteração da legislação aplicável à imunidade do papel para livros, jornais e periódicos. Por isso, foi criado o grupo de trabalho que vai se debruçar sobre o tema com o objetivo de construir uma pauta de consenso, com resultados positivos

para o setor, que serão apresentadas e defendidas junto ao Congresso Nacional.

Congresso

O assunto deve avançar no Congresso Nacional através da Comissão Mista da Reforma Tributária, que será composta por 25 senadores e 25 deputados. Para elaborar o texto que deve ser apresentado para análise e votação, os parlamentares terão como base as propostas de emenda à Constituição sobre reforma tributária que tramitam na Câmara (PEC 45/2019) e no Senado (PEC 110/2019). Além disso, o governo também deve enviar uma proposta para o Congresso.

A Comissão Mista foi criada no dia 09 de fevereiro em solenidade na Presidência do Senado e instalada no dia 04 de março de 2020, tem na presidência o senador Roberto Rocha (PSDB-MA) e como relator o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Conforme a Agência Senado de notícias, a ideia dos parlamentares é apresentar um sistema tributário mais racional e menos burocrático. O presidente da comissão acredita na elaboração de uma proposta consensual no prazo de 45 dias. Já o senador Jaques Wagner (PT-BA) disse à mesma reportagem que espera um acordo para a reforma tributária ser votada neste ano.

Fiesp nomeia diretoria do Copagrem

Representando o segmento de distribuição, o presidente executivo da Andipa, Vicente Amato Sobrinho, foi designado para mais um mandato como Diretor Titular Adjunto do Comitê da Cadeia Produtiva do Papel, Gráfica e Embalagem (Copagrem), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). A primeira reunião ordinária do Comitê, prevista para março, foi adiada para abril.

A diretoria foi reconduzida para 2020. O presidente da Abigraf Nacional, Levi Ceregato, segue como Diretor Titular, enquanto Fabio Arruda Mortara, country manager de Two Sides Brasil, e Pedro Villas Boas, presidente executivo da Associação Nacional dos Aparistas de Papel, completam o trio de Diretores Titulares Adjuntos.

O Comitê teve sua reunião inaugural no dia 9 de abril de 2013, com a participação de representantes de 20 associações e de 13 sindicatos do setor produtivo da indústria gráfica em âmbito nacional. Atualmente o Copagrem é composto por oito sindicatos ligados à Fiesp e outras 32 entidades de segmentos da cadeia produtiva, entre elas a Andipa e o Sinapel.

De acordo com Levi Ceregato, o Copagrem dá oportunidade de reunir a cadeia produtiva inteira e é o fórum para tratar de temas comuns que exigem atuação conjunta. A criação da Frente Parlamentar da Indústria Gráfica no Congresso Nacional e a reforma tributária são temas que devem estar na pauta da próxima reunião do Comitê.

Sinal positivo ao crédito

Cadastro Positivo é algo que há muito se discute no Brasil. Virou lei em 2011 (Lei nº 12.414/2011), mas não surtiu os efeitos esperados. O assunto continuou em debate até se chegar a um novo formato, com maior potencial de trazer benefícios para o acesso ao crédito com redução do seu custo (spread) e aumento da concorrência no âmbito do sistema financeiro, favorecendo os consumidores, pessoas físicas e jurídicas, e a economia brasileira. A nova lei do Cadastro Positivo (Lei Complementar nº 166/2019), que entrou em vigor em 09 de julho de 2019, está sendo implantada em etapas e deverá atingir todos os segmentos econômicos no final deste ano.

A expectativa de Banco Central é que em 2021 seja possível medir o quanto a taxa de juros e a inadimplência caíram, como informou o gerente de Cadastro Positivo da SPC Brasil, Vilásio Pereira, destacando que o modelo de avaliação de crédito com base nas informações positivas é utilizado com sucesso em mais de 70 países.

O Cadastro Positivo é um banco de dados que reúne as informações de pagamentos de pessoas físicas e jurídicas em todas as empresas concedentes de crédito. As informações do Cadastro Positivo são utilizadas para disponibilização de histórico de crédito de cada consumidor, mediante autorização, ou para formação da nota de crédito (score). As duas alternativas permitem que a análise de concessão ou extensão de crédito, ou outras transações com risco financeiro, sejam feitas de forma mais precisa.

Com isso, a análise de crédito passa a ser mais ágil e assertiva, deixando de ser focada na informação de débito em aberto e em atraso para ser uma ferramenta de avaliação da capacidade de pagamento, ao longo do tempo. “O antigo ‘nada consta’ é muito mais frágil do que o ‘consta um bom histórico de pagamentos’”, ressaltou o diretor de Inteligência de Dados da Boa Vista, Ronaldo dos Santos Sachetto, enfatizando que o Cadastro Positivo vai melhorar a segurança na concessão do crédito.

Quatro empresas estão autorizadas pelo Banco Central, conforme a legislação, a reunir as informações dos consumidores e classificá-las, atuando como intermediadores na relação entre credor e devedor,

visando assegurar a transparência nas operações de crédito. Boa Vista, Quod, Serasa Experian e SPC Brasil são os chamados birôs de crédito, que utilizam o Cadastro Positivo para agregar informações, seja aos produtos que já são oferecidos a seus clientes ou através de novas e diferentes soluções.

Ajustando o processo

Na legislação de 2011 (Lei 12.414/11), que entrou em vigor em 2013, cada pessoa (física ou jurídica) precisava se inscrever, dando autorização para que um ou mais birô coletasse suas informações e disponibilizasse no Cadastro Positivo. De acordo com o Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil (BCB), em cerca de 6 anos de vigência da lei eram pouco mais de 5 milhões de adesões, ante um potencial de cadastrados superior a 100 milhões.

O modelo então começou a ser rediscutido, até a alteração da lei em 2019. Uma das principais mudanças estabelecer que todos os tomadores de crédito podem ser automaticamente inscritos no cadastro, sem autorização prévia, mas com comunicação antecedente e com a opção de cancelamento do cadastro individual a qualquer tempo. Desde então, a instituição financeira ou empresa concedente de crédito, denominadas ‘fonte de informação’, ficam obrigadas a informar ao Cadastro Positivo o histórico de pagamentos apurado em suas operações com cada cliente, portador de CPF ou CNPJ.

Poder de decisão

Se por algum motivo o consumidor não quiser que suas informações sejam compartilhadas e integrem o cadastro positivo tem assegurado o seu direito à exclusão. Para isso, deve solicitar o cancelamento do seu cadastro, gratuitamente, nos canais de atendimento de qualquer um dos birôs participantes. Uma vez tendo bloqueado o acesso aos seus dados positivos, se mudar de ideia, o consumidor precisa informar novamente ao cadastro desta vez solicitando sua inclusão. Além disso, o histórico detalhado só pode ser compartilhado com autorização do consumidor, do contrário a consulta informará apenas a nota de crédito.

... Cadastro Positivo

Conforme regulamentado, na inclusão de cada consumidor devem ser repassadas as informações referentes aos últimos 12 meses e os dados podem ficar armazenados por até 15 anos. Todos os segmentos econômicos devem fornecer o histórico de seus clientes para o Cadastro Positivo. E isso é uma das vantagens apontadas pelo diretor executivo de Dados da Quod, Ricardo Thomaziello. “O Cadastro Positivo reduz a assimetria da informação, ampliando o leque de possibilidades, antes restritas às empresas de relacionamento do consumidor”, disse.

As instituições financeiras foram as primeiras a aderir ao cadastro e a enviar o histórico de pagamentos de seus clientes, composto por operações de crédito em geral, como empréstimo, capital de giro e cartão de crédito, entre outros serviços bancários. Desde janeiro deste ano, a base consolidada está à disposição dos birôs, gerando informação positiva. A partir do envio dos dados da carteira de clientes, as instituições financeiras passaram a transmitir semanalmente as atualizações e informações de novos consumidores. A forma de transmissão dos dados para o cadastro é adequada ao perfil e condições de cada segmento econômico e pode ser orientada pelos birôs, visando facilitar a operação.

Na segunda etapa devem ser incorporados os clientes dos serviços essenciais, como luz, água, gás e telefonia. Segundo Pereira outras empresas como varejistas, atacadistas e fornecedores devem passar a informar ao longo do ano. “A tendência é

enriquecer esta base periodicamente com o envio contínuo de informações”, destacou o gerente da SPC Brasil, explicando que os clientes não bancarizados, por exemplo, passam a ter seu histórico de pagamentos com as concessionárias de serviços públicos avaliado em uma análise de crédito.

Além disso, quanto mais informações um segmento oferecer sobre o comportamento de crédito de seus consumidores, melhor será o Cadastro Positivo e maiores serão os benefícios que ele vai gerar para os próprios negócios, como destacou Thomaziello.

Atualmente, o banco de dados conta com 90 milhões de consumidores listados. Segundo o diretor da Boa Vista, Ronaldo dos Santos Sachetto, o número deve chegar a 120 milhões ainda no primeiro semestre de 2020 e a expectativa é atingir a marca de 150 milhões.

Birôs de crédito

Os birôs de crédito coletam, junto a credores e fontes públicas, informações sobre o histórico de crédito do consumidor ou do tomador de empréstimo, seja indivíduo ou empresa. “Eles atuam como intermediadores na relação entre credor e devedor, assegurando a transparência nas operações de crédito”, como define a Associação Nacional dos Bureaus de Crédito (ANBC). Cada birô compila as informações recebidas das diversas fontes, criando um relatório de crédito abrangente que é utilizado pelas instituições de crédito, simplificado em uma nota, que é o score de cada consumidor.

BOA VISTA SCPC

Criada há mais de 60 anos como SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito), a Boa Vista SCPC destaca sua experiência em receber e tratar dados, a capacidade analítica de extrair valor desses dados e gerar melhor resultado para a empresa. Controlada pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP), a Boa Vista SCPC tem também como acionistas a Associação Comercial do Paraná, o Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro, a Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre, além da TMG Capital, como acionista gestor. Em 1º de junho de 2011, a Boa Vista SCPC assumiu as operações da Equifax do Brasil Ltda.

QUOD

Fundada em junho de 2017 e pensada para operar o cadastro positivo, a Quod foi criada a partir da união dos cinco maiores bancos em atuação no país (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú-Unibanco e Santander) e da necessidade de lançar um novo prisma – mais positivo – sobre o mercado concentrado de informações de crédito. Para a Quod o Cadastro Positivo é uma evolução para a análise de crédito. Com potencial para atender nacionalmente, a Quod tem maior cobertura na região Sudeste e destaca tecnologia de ponta e soluções analíticas avançadas como diferenciais competitivos.

... Cadastro Positivo

Score, a nota de cada um

A nota de crédito é um dos pontos que gera dúvidas do tipo: um score alto significa mais acesso a crédito e em taxa mais baixas? O diretor executivo de Dados da Quod, Ricardo Thomaziello explicou que o score é uma premissa importante que será avaliada pela empresa concedente. Segundo ele, o score é uma informação qualificada que vai compor a análise de crédito. “A empresa pode criar seus próprios padrões e formar um novo score”, explicou. Além disso, o mercado de crédito já trabalhava com score negativo e com o Cadastro Positivo passa a agregar informações de pagamentos aos atuais produtos, tornando-os mais assertivos.

Alimentando o sistema

As empresas fontes de informação precisam adequar seus processos e sistemas para compor o Cadastro Positivo. Todas as fontes repassam o mesmo conteúdo aos quatro birôs, de forma que todos tenham a mesma base, para fazer seu tratamento e formar o score, que leva em conta as informações pré-existentes destes consumidores. Conforme os representantes ouvidos, essa é a justificativa para um mesmo consumidor ter diferentes notas nos birôs. Ampliando a base de dados, a tendência é que diminua a diferença de score.

As empresas concedentes de crédito têm agora duas vias distintas de relacionamento com o Ca-

adastro Positivo, uma fornecendo e outra consultando as informações. No fluxo da consulta para concessão de crédito, a dinâmica de funcionamento e custos permanece a mesma, tendo como diferencial um ganho em assertividade da resposta gerada. Enquanto fonte de informação, as empresas e segmentos precisam equacionar o formato de transmissão, “que deve ser em meio seguro”, como explicou o gerente de Cadastro Positivo da SPC Brasil, Vilásio Pereira. Segundo ele, há um custo tecnológico inicial e um esforço para que seja o mínimo possível, garantindo a segurança do fluxo de dados.

Proteção aos dados

Todos os consumidores podem acessar seu histórico e conhecer seu score gratuitamente. Mas para isso vai ter que dedicar um tempo para o cadastro, que inclui até selfie com o documento de identificação em mãos. “Precisamos ter certeza de que um terceiro, de posse dos documentos de alguém, não consiga ter acesso às informações de crédito”, explicou o executivo da Quod, justificando que o cadastramento é rigoroso, mas os demais acessos ao histórico individual são simplificados, mediante login e senha.

A preocupação com a segurança no cadastro positivo está em linha com a nova Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que deve entrar em vigor a partir de agosto deste ano.

SERASA EXPERIAN

Presente há mais de 50 anos no mercado brasileiro, a Serasa passou a fazer parte do grupo Experian em 2007. O grupo atua em 44 países e tem quatro laboratórios de inovação no mundo, sendo um deles no Brasil. Em 11 de outubro de 2019, a Serasa Experian recebeu a autorização do Banco Central para operar o Cadastro Positivo.

SPC BRASIL

SPC Brasil é parte do sistema CNDL, com uma estrutura de banco de dados constituída pelas Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDL), que reúne informações do comércio de todo o país. Atuando há mais de 60 anos, está presente em todo o território nacional, por meio de mais de 2.200 Entidades espalhadas por todas as capitais e principais cidades do Brasil. A empresa atende do pequeno ao grande lojista, indústrias, empresas de serviços e do mercado financeiro, mais de 1,2 milhão de Associados às Entidades.

Sem mudanças no Sistema Recopi, distribuidores discutem caminhos

Apontando falta de segurança jurídica nas operações com papel imune, realizadas sob as regras do Recopi – Sistema de Reconhecimento e Controle das Operações com Papel Imune, em 2017 os distribuidores de papel contrataram consultores para elaborar uma proposta de aperfeiçoamento. Desde então o setor cobra um desfecho da situação e uma resposta definitiva da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP).

No dia 19 de fevereiro, associados da Andipa e do Sinapel se reuniram para discutir os possíveis encaminhamentos, considerando que persistem as condições para autuações nas mesmas bases anteriores. Além disso, os serviços contratados seguem em aberto, diante da expectativa que se tinha de que a Secretaria publicaria uma nova portaria, aprimorando as regras do Sistema Recopi.

Ações pontuais, como a Operação Papiro deflagrada em outubro passado, demonstram que ao menos parte da equipe da Sefaz-SP compreendeu e

concorda com as sugestões apresentadas pelos consultores. “A posição até então era cassar a inscrição estadual retroativamente e autuar o fornecedor do papel (distribuidores e fabricantes), que são obrigados a caros e prolongados processos judiciais para afastar as autuações, aplicadas em valores exorbitantes”, observou o presidente executivo da Andipa, Vicente Amato Sobrinho.

De acordo com a Sefaz, a operação recente se difere de ações rotineiras de fiscalização e de algumas anteriores focadas no ‘uso’ do Recopi, pois se “verificou um grupo organizado com indícios de praticar fraude fiscal estruturada no setor”.

Em entrevista ao NewsPaper sobre as ações de fiscalização de papel imune e do Recopi, concedida em novembro de 2019, a Sefaz-SP informou que “para o próximo ano (2020) estão sendo homologadas melhorias no Sistema Recopi Nacional e o monitoramento do setor continuará sendo realizado”.

Associados aprovam contas

Conforme prevê o estatuto, foi realizada Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Andipa para apreciação das contas referentes ao exercício de 2019. A demonstração financeira 2019 e o balancete de dezembro foram enviados previamente aos associados para análise. Os documentos foram devidamente analisados e aprovados pelo Comitê de Auditoria. Além disso, como é praxe na entidade, eventuais dúvidas podem ser esclarecidas com antecedência diretamente com a empresa responsável pela contabilidade ou com a administração.

A reunião dos distribuidores de papel aconteceu no dia 06 de março, na sede da FecomercioSP, em São Paulo. Na mesma ocasião, os sócios do Sina-

pel (Sindicato do Comércio Atacadista de Papel, Papelão, Artigos de Escritório e de Papelaria do Estado de São Paulo) também realizaram assembleia para aprovar as contas anuais da instituição.

Junto com a prestação de contas, os distribuidores discutiram alternativas para manter a sustentabilidade das entidades, que são importantes e dão representatividade ao segmento junto à cadeia produtiva e aos governos.

Em seguida, os distribuidores discutiram assuntos do setor comuns às duas entidades. Após o evento conjunto o Conselho Diretor da Andipa realizou sua reunião ordinária.

Papel não desmata

Muita gente ainda fica surpresa quando descobre que a fabricação e o uso de papel, cartão e papelão faz crescer as florestas e a quantidade de árvores. Todos sabem que papel é feito de árvores. O que nem todos sabem é que essas árvores são plantadas para essa finalidade.

Da mesma forma como se planta algodão para a fabricação de tecidos, ou cana, para produção de combustível, plantam-se árvores para a produção de celulose e papel. Se o consumo de tecidos de algodão aumentar, será necessário ampliar as plantações para atender à demanda crescente. Se aumentar o consumo de álcool combustível, será necessário plantar mais cana. Assim, se mais pessoas utilizarem papel, mais árvores terão que ser plantadas.

Por que é necessário plantar árvores para produzir celulose e papel? Não seria mais fácil usar as árvores nativas que já existem? Teoricamente, é possível fazer papel a partir de qualquer vegetal. No entanto, para que o processo industrial seja eficiente e financeiramente rentável, é obrigatória a utilização das espécies adequadas. É também indispensável que as árvores sejam o mais parecidas possível. Só é possível garantir o suprimento das árvores certas e todas homogêneas, se forem plantadas. É como cozinhar feijão: não dá certo misturar, na mesma panela, variedades diferentes, ou grãos mais novos com grãos mais velhos.

No Brasil, as árvores usadas como matéria prima para celulose e papel são principalmente o eucalipto e, em menor quantidade, o pinus. O eucalipto é australiano e o pinus é norte-americano. Não há essas espécies nas matas nativas brasileiras. Essas árvores só existem aqui se forem plantadas. Para crescer, elas retiram carbono da at-

mosfera, ajudando a amenizar o efeito estufa e as mudanças climáticas. Temos hoje 2,7 milhões de hectares de plantações de árvores para papel. São cerca de três bilhões de árvores que estão ajudando a melhorar o meio-ambiente. Essa área é muito pequena: 0,32% do território nacional e menos de 1% das áreas utilizadas para atividades agropecuárias.

O papel é intensamente reciclado. No Brasil, segundo a Associação Nacional dos Aparistas – ANAP – a taxa de reciclagem chegou a 68,7% em 2018. E o que não é reciclado, se for descartado corretamente nos aterros sanitários, tem impacto ambiental mínimo porque é biodegradável.

Não há provas de que a mídia eletrônica seja melhor para o meio ambiente. Os equipamentos eletrônicos são de difícil reciclagem e descarte. Os centros de computação (a famosa “nuvem”) consomem imensas quantidades de energia e são responsáveis indiretamente por grande emissão de CO₂. Segundo a Yale University, esses centros já consomem 2% de toda a energia mundial e essa taxa cresce rapidamente. Além disso, produzem tanto CO₂ quanto o segmento de aviação. Por outro lado, há fortes evidências de que o papel é uma mídia mais sustentável em termos ambientais.

Apesar disso, muitas empresas oferecem substitutos ao papel, com argumentos de “salvar árvores” e “preservar o meio-ambiente” quando, na verdade, seu principal objetivo é reduzir custos de operação ou vender seus produtos e serviços. Trata-se, portanto, de propaganda enganosa, que usa falsos argumentos ambientais, conhecida em inglês como “greenwashing”. Mas a verdade é que papel produz florestas!.

SOBRE TWO SIDES

Two Sides é uma campanha mundial criada em 2008 por membros da indústria de celulose, papel e comunicação impressa. Two Sides promove a produção e o uso responsável da impressão e do papel, bem como esclarece equívocos comuns sobre os impactos ambientais da utilização desse recurso. O papel é proveniente de matéria prima renovável, graças ao plantio das árvores usadas na sua produção. É reciclável e biodegradável. No Brasil o projeto Two Sides é uma realização da ABTG – Associação Brasileira de Tecnologia Gráfica. Para obter mais informações ou para saber mais sobre Two Sides, entre em contato: Two Sides Brasil www.twosides.org.br / twosides@twosides.org.br / www.twosides.org.br

Entrada de papel estrangeiro diminui no primeiro bimestre

Exceto nos segmentos de cartão e MWC, as importações de papéis foram menores nos dois primeiros meses deste ano quando comparadas a igual período de 2019. Considerando todos os tipos de papéis utilizados para diversos fins, agrupados no Capítulo 48 do Sistema Harmonizado (SH) da classificação de mercadorias, as entradas diminuíram 2,9%, conforme registrado pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex). Foram importadas 107,2 mil toneladas em janeiro e fevereiro deste ano, contra 110,4 mil toneladas no mesmo período de 2019.

O NewsPaper acompanha as estatísticas nacionais de comércio exterior, disponíveis para consulta pública pelo Portal Comex Stat, e divulga os volumes apurados em sete subgrupos que são os mais comercializados pelo segmento de distribuição. Juntos, estes itens somaram 47,3 mil toneladas em 2020, o que equivale à redução de 20% sobre as 59,1 mil toneladas importadas em janeiro e fevereiro do ano passado. Os grupos de papéis couchê e jornal registraram as maiores quedas.

Conforme os dados oficiais, nos meses de janeiro e fevereiro de 2020 entraram no Brasil 6,6 mil toneladas de papel jornal, menos da metade do volume registrado no mesmo período do ano anterior, que foi de 14,6 mil toneladas.

Mudanças no papel revestido

Principal item da cesta de produtos do segmento de distribuição, o couchê somou 11,6 mil toneladas no primeiro bimestre deste ano, 32,2% de queda sobre as 17,1 mil toneladas do mesmo período de 2019. As importações de couchê correspondem aos volumes registrados nas NCMs (Nomenclaturas Comum do Mercosul) 4810.13.89, 4810.13.99, 4810.19.89, 4810.19.99, 4810.13.91 e 4810.19.91. As duas últimas NCMs foram criadas para identificar o papel revestido utilizado em rótulos de bebi-

das (papel revestido ou recoberto em uma face, do tipo wet strength, resistente à umidade e ao meio alcalino) e passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro deste ano, conforme a Resolução nº 4 do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior. Até então, os papéis revestidos eram separados em apenas quatro NCMs, conforme a gramatura e formato (folhas ou bobinas). Com a reclassificação a NCM 4810.19.90 foi substituída pela 4810.19.99 e a descrição do produto enquadrado na NCM 4810.13.90 foi transferida para o código 4810.13.99. Os dois novos NCM do grupo de couchê somaram 683 toneladas em 2020. Ou seja, as importações nas outras quatro classificações para couchê totalizaram 10,9 mil toneladas no primeiro bimestre deste ano.

Outros papéis

O papel LWC somou 700 toneladas em janeiro e fevereiro deste ano, com queda de 36,4% na comparação com as 1,1 mil toneladas no mesmo período de 2019. No subgrupo de ofsete, classificados nas NCMs 4802.55.99 e 4802.57.99, desembarcaram 1,3 mil toneladas em 2020 e 1,4 mil toneladas um ano antes, conforme o Portal Comex Stat, uma queda de 7,1%. Entre os papéis cortados (cut size), as importações somaram 2,9 mil toneladas, recuo de 3,3% sobre as 3 mil toneladas do primeiro bimestre de 2019.

As exceções foram as entradas dos papéis MWC e cartão, que registraram crescimento no período. Nos dois meses, a importação de MWC (NCM 4810.29.90) cresceu 2,8%, passando de 14,2 mil toneladas para 14,6 mil toneladas, como informado no Portal Comex Stat. Já o papel cartão (NCM 4810.92.90) teve aumento de 29,9% nas importações deste ano quando comparadas a igual período anterior, com 10 mil toneladas contra 7,7 mil toneladas.

Veja Gráfico 1 na página 15

I&E recua, embalagem e sanitários crescem

Com resultados negativos, o segmento de papéis para Imprimir e Escrever (I&E) teve participação menor na produção e nas vendas da indústria nacional, em 2019. Os papéis utilizados para impressão e escrita responderam por 22,9% da produção da indústria nacional, ou seja, 2,4 milhões de toneladas do total de 10,5 milhões de toneladas. Em 2018, a participação do segmento foi de 24%, com 2,5 milhões de toneladas em 10,4 milhões de toneladas produzidas. A produção nacional de I&E em 2019 foi 3,6% menor que no ano anterior.

As informações foram apuradas na 10ª edição do boletim estatístico mensal da Indústria Brasileira de Árvores, Dados Papel, que apresenta os números gerais e dos segmentos do mercado de papel – embalagens, I&E, imprensa, fins sanitários, cartão e outros.

Do total produzido pela indústria nacional, em 2019, 52,2% foram de papéis para embalagens (5,5 milhões de toneladas) e 12,4% de papéis para fins sanitários (1,3 milhão de toneladas). Nos dois segmentos os volumes superaram os de 2018, tanto na produção, na venda doméstica e nas exportações, quanto nas importações e, conseqüentemente, no consumo aparente.

Com apenas 0,8% de participação na produção total, o papel para imprensa teve em 2019 mais um ano de retração, com queda na oferta interna e externa, resultando no consumo aparente 1,5% menor do que em 2018.

No item de cartão, o aumento de 2,8% da produção foi dirigido para o mercado externo, que subiu 12,3% enquanto o mercado interno teve redução. No subgrupo de outros, produção e venda doméstica caíram, exportação e importação cresceram em 2019, em relação ao ano anterior.

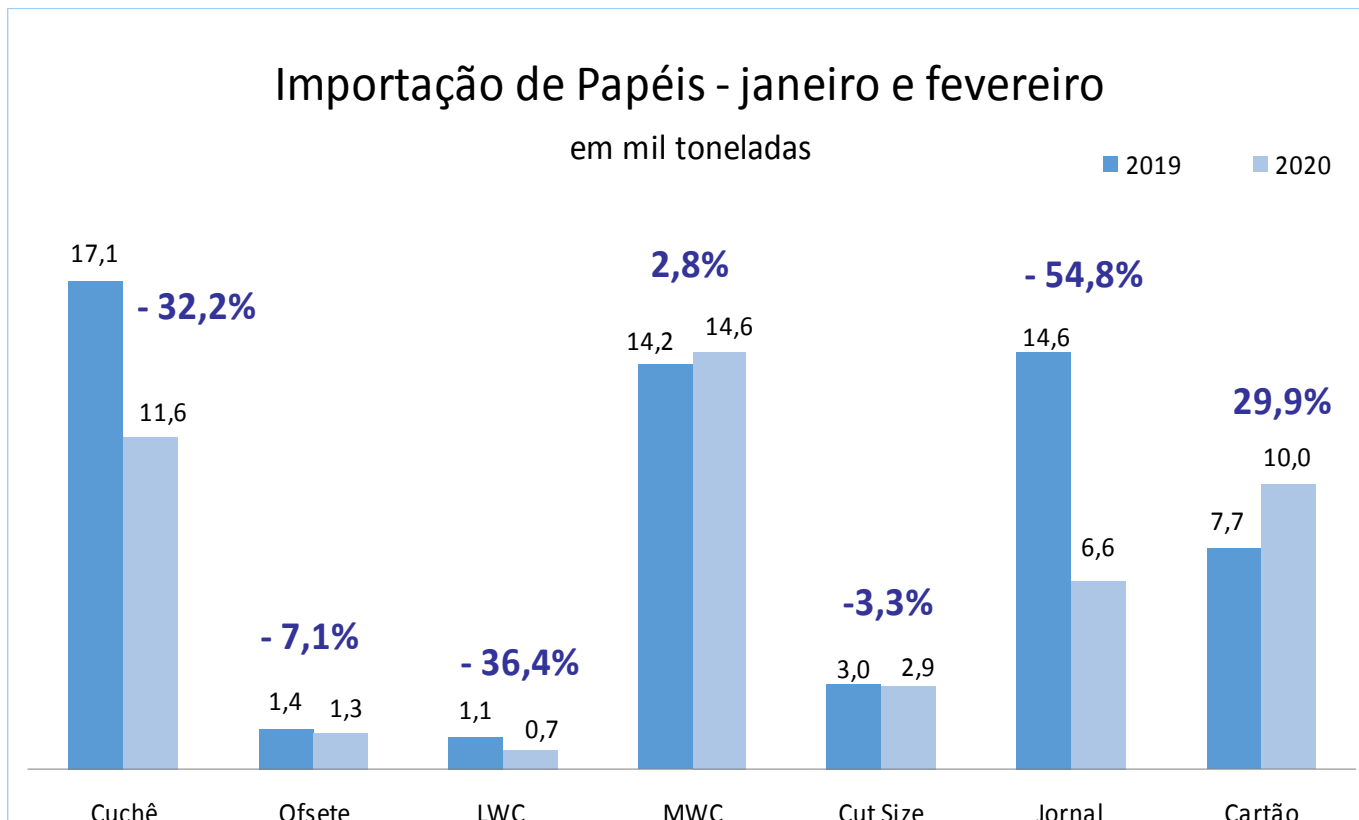
O segmento de I&E é o mais comercializado pelos canais de distribuição, que também trabalham com os papéis jornal, cartão e alguns tipos classificados como outros, igualmente destinados à indústria gráfica e editorial.

Das 2,4 milhões de toneladas de I&E produzidas no ano passado, 1,39 milhão de toneladas foram ofertadas ao mercado interno e 978 mil toneladas seguiram para exportação. Em relação a 2018, a venda doméstica destes papéis diminuiu 5,6% (1,47 milhão de toneladas) e a exportação aumentou 4,3% (938 mil toneladas). Em 2019, desembarcaram no Brasil 276 mil toneladas de papéis estrangeiros para impressão e escrita, volume 2,1% menor do que as 285 mil toneladas apuradas um ano antes.

Desta forma, o consumo aparente de papéis de imprimir e escrever no ano passado somou 1,7 milhão de toneladas, 7,4% menor do que em 2018, que atingiu 1,8 milhão de toneladas. O consumo aparente é o resultado da soma da produção com a importação, descontada a exportação.

[Veja Gráfico 2 na página 15](#)

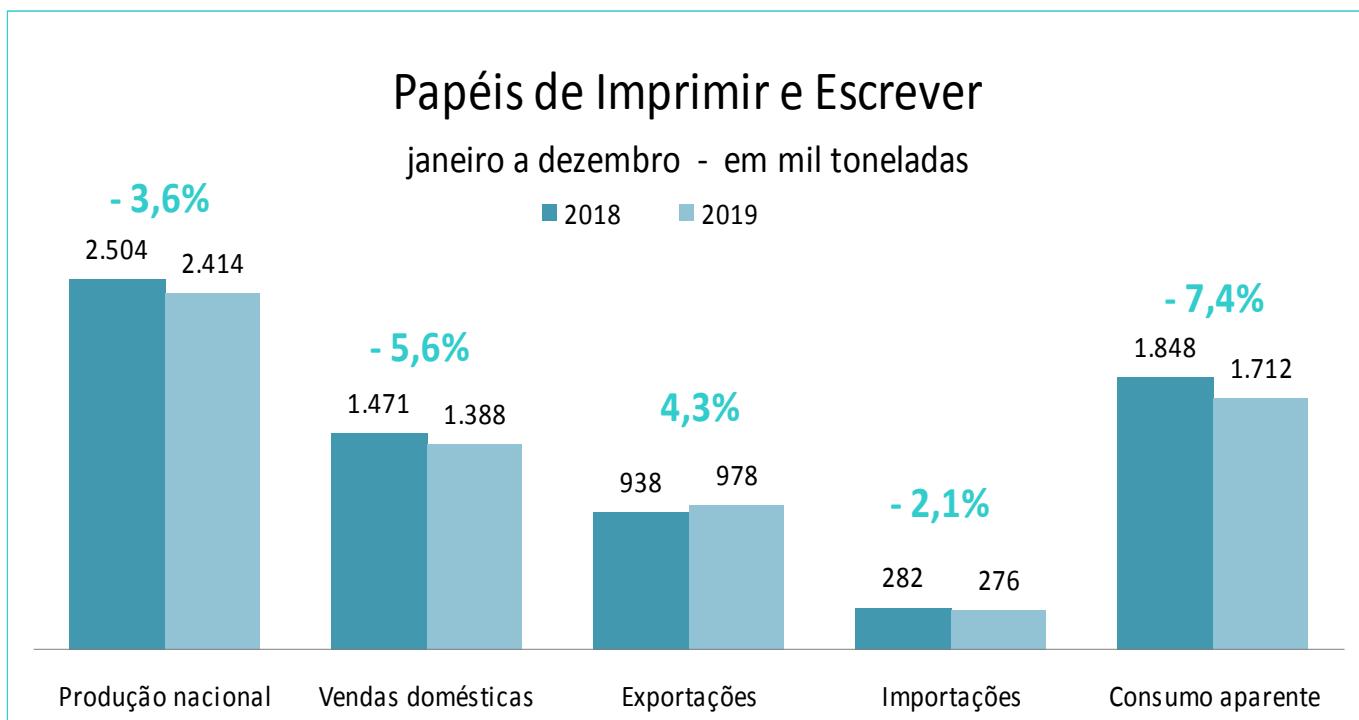
Gráfico 1



Fonte: Comex Stat / MDIC

Elaboração: ANDIPA

Gráfico 2



Fonte: Dados Papel Iba

Elaboração: ANDIPA

DISTRIBUIDORES ASSOCIADOS



ENTIDADE MEMBRO DA



www.twosides.org.br